



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - GUARABIRA
CENTRO HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ANA VILMA DE FREITAS BATISTA

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS NO CAMPO:
ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM O ACESSO E A PERMANÊNCIA
DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB**

**GUARABIRA
2024**

ANA VILMA DE FREITAS BATISTA

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS NO CAMPO:
ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM O ACESSO E A PERMANÊNCIA
DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Políticas Públicas e Educação

Orientadora: Profa. Ma. Kamila Karine dos Santos Wanderley.

**GUARABIRA
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B333t Batista, Ana Vilma de Freitas.

Trajetórias educacionais no campo [manuscrito] : análise dos fatores que influenciam o acesso e a permanência de estudantes do município de Belém-PB / Ana Vilma de Freitas Batista. - 2024.

29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Profa. Ma. Kamila Karine dos Santos Wanderley , Departamento de Educação - CH. "

1. Acesso e Permanência. 2. Estudantes do Campo. 3. Transporte Escolar. I. Título

21. ed. CDD 370.7

ANA VILMA DE FREITAS BATISTA

TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS NO CAMPO:
ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE
ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB

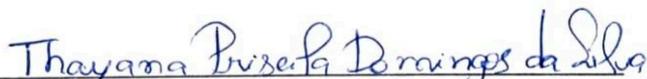
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Políticas Públicas e Educação.

Aprovada em: 05/06/2024.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Kamila Karine dos Santos Wanderley (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dra. Thayana Priscila Domingos da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dra. Verônica Pessoa da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante essa jornada e acompanharam a minha trajetória na UEPB.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Caracterização dos participantes.....	19
Quadro 2 – Formas de acesso ao ônibus escolar.....	20
Quadro 3 – Dificuldades enfrentadas no deslocamento.....	20
Quadro 4 – Causas do atraso.....	21
Quadro 5 – Como os alunos se sentem ao chegar na escola.....	21
Quadro 6 – Fatores que impactam o interesse dos estudantes pelos estudos.....	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	Artigo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PB	Paraíba
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA	12
3	REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1	Educação do Campo: o acesso e a permanência de estudantes oriundos do campo na escola	13
3.2	Fatores que impactam a permanência dos/as alunos/as do campo na trajetória educacional	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
5	CONCLUSÃO	23
	REFERÊNCIAS	24
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	27

**TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS NO CAMPO:
ANÁLISE DOS FATORES QUE INFLUENCIAM O ACESSO E A PERMANÊNCIA
DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PB**

**EDUCATIONAL TRAJECTORIES IN THE COUNTRYSIDE: ANALYSIS OF
FACTORS INFLUENCING THE ACCESS AND RETENTION OF STUDENTS IN
THE MUNICIPALITY OF BELÉM-PB**

Autora: Ana Vilma de Freitas Batista¹
Orientadora: Kamila Karine dos Santos Wanderley²

RESUMO

A vida escolar de estudantes oriundos do campo é cercada de desafios que impactam a sua trajetória educacional. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral compreender os fatores determinantes que impactam o acesso à educação e a permanência dos estudantes provenientes de áreas rurais, especificamente das comunidades situadas em três localidades distintas no município de Belém-PB. A saber: Sítio Serraria, Sítio Tanques e Sítio Suspiro. Buscando responder ao seguinte questionamento: como ocorre o acesso e a permanência de estudantes do campo nas instituições de ensino? Nesse contexto, como aporte teórico para a fundamentação do tema em estudo, recorreu-se à contribuição de alguns autores/as, tais como: Caldart *et al.* (2012), Munarim (2008), Tedesco *et al.* (2008), Rodrigues *et al.* (2017), Melo e Pereira (2020), Andrade, Silva e Santos (2022), Martins (2020) e entre outros autores. Além disso, foram analisadas algumas legislações que apresentam contribuições sobre a temática em questão, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, entre outras legislações. Ademais, a metodologia apresenta uma pesquisa de natureza quantitativa, através da qual os dados coletados foram quantificados para, posteriormente, serem analisados. Como instrumento de coleta dos dados foi realizada a aplicação de um questionário, com questões referentes ao deslocamento desses/as alunos/as e seu acesso à escola, especialmente, com relação ao transporte escolar. Os resultados obtidos na pesquisa apontam para uma realidade de acesso à escola contornada de desafios vivenciados pelos estudantes pesquisados. Com isso, conclui-se que é necessário avaliar todos os aspectos que perpassam a trajetória educacional dos estudantes provenientes do campo, a fim de identificar suas necessidades educacionais, buscando a efetivação das políticas públicas que assegurem o seu direito de acesso à educação e permanência na escola.

Palavras-Chave: Acesso e permanência. Estudantes do campo. Transporte escolar.

ABSTRACT

The school life of students from rural areas is surrounded by challenges that impact their educational journey. In this sense, the present study aims to understand the determining factors that affect access to education and the retention of students from rural areas, specifically from communities located in three distinct areas in the municipality of Belém-PB, namely: Serraria Ranch, Tanques Ranch, and Suspiro Ranch. The study seeks to answer the

¹ Licencianda no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

² Professora orientadora do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

following question: how do rural students access and remain in educational institutions? In this context, the theoretical framework for the study includes contributions from authors such as Caldart et al. (2012), Munarim (2008), Tedesco et al. (2008), Rodrigues et al. (2017), Melo and Pereira (2020), Andrade, Silva, and Santos (2022), Martins (2020), among others. Additionally, several pieces of legislation that contribute to the topic at hand were analyzed, including the Federal Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Bases of National Education, Resolution No. 2 of April 28, 2008, among others. Furthermore, the methodology features a quantitative research approach, wherein the collected data were quantified for subsequent analysis. A questionnaire was used as the data collection instrument, containing questions related to the transportation and school access of these students, particularly concerning school transportation. The research results highlight a reality of school access fraught with challenges experienced by the surveyed students. Thus, it is concluded that it is necessary to evaluate all aspects that influence the educational journey of students from rural areas, in order to identify their educational needs and to implement public policies that ensure their right to access education and remain in school.

Keywords: Access and retention. Rural students. School transportation.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Básica é um direito de todos os cidadãos e cidadãs, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e afirmado pela Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Contudo, nem todos conseguem ter acesso a esse direito. Essa realidade é ainda mais gritante para estudantes que residem na zona rural. E, por vezes, precisam se deslocar para escolas localizadas na zona urbana, tendo em vista que, em muitos casos, não há escolas nas comunidades rurais. Ademais, muitas comunidades têm suas escolas fechadas pelos estados e municípios, com a justificativa infundada, da oferta de uma melhor qualidade no ensino, por meio da nucleação escolar.

Com isso, para a continuidade da trajetória educacional desses/as alunos/as, faz-se necessário o deslocamento diário para a cidade. Dessa forma, eles/as enfrentam muitas dificuldades de acesso à escola, a começar pelos impasses presentes nas localidades, que podem apresentar áreas de difícil mobilidade, sobretudo, em períodos de chuvas, onde a locomoção se torna ainda mais complexa.

O direito ao transporte escolar como garantia de acesso à educação, também está assegurado a todos os/as estudantes na Constituição Federal de 1988. E é reforçado pela Lei nº 9.394/96 (LDB), que em seus artigos 10 e 11 enfatiza que, é dever dos estados e municípios brasileiros fornecerem transporte escolar para os/as alunos/as da Educação Básica. No entanto, embora os ônibus sejam obrigatórios, os principais pontos do trajeto que eles fazem, por vezes, são bem distantes da residência de alguns/as alunos/as. Dessa forma, para chegar ao ponto mais próximo, esses/as estudantes precisam percorrer um longo trajeto a pé. Diante dessa realidade, chegam na escola cansados e desestimulados.

Os povos do campo carregam consigo um histórico educacional marcado pelo precoce abandono aos estudos. Poucos conseguiram concluir o Ensino Médio ou, ao menos, os anos finais do Ensino Fundamental. Porém, muitos outros não tiveram nem mesmo a oportunidade de concluir os anos iniciais do Ensino Fundamental. Justamente, tendo em vista o quão dificultoso era o acesso à escola e, ainda mais difícil permanecer nela, uma vez que, esses dois aspectos não lhes eram garantidos determina a legislação vigente.

Nos dias atuais, em grande parte, as situações acima mencionadas ainda prevalecem, e o acesso à escola ainda configura-se como um desafio a ser enfrentado por esses/as educandos/as. Tais dificuldades afetam diretamente o rendimento escolar desses/as estudantes. Ao enfrentarem tantos desafios para chegar na escola, o cansaço físico e mental, são

inevitáveis. Ademais, há outras barreiras a serem consideradas também, como a ausência de recursos educacionais adequados destinados a esses discentes, que muitas vezes, sofrem com a carência de acesso a esses recursos educacionais de qualidade. Diante dessa realidade, o estímulo aos estudos é impactado e a permanência na escola é afetada, muitos alunos optam pelo abandono dos estudos, ainda na educação básica.

Neste contexto, essa pesquisa tem como objetivo geral compreender os fatores determinantes que impactam o acesso à educação e a permanência dos estudantes provenientes de áreas rurais, especificamente das comunidades situadas em três localidades distintas no município de Belém-PB. A saber: Sítio Serraria, Sítio Tanques e Sítio Suspiro.

Diante do exposto, o foco desta pesquisa está centrado na seguinte indagação: como ocorre o acesso e a permanência de estudantes do campo nas instituições de ensino? Com o intuito de responder a essa questão e para o alcance do objetivo geral, delineou-se os seguintes objetivos específicos: a) conhecer o contexto de acesso e a permanência de estudantes oriundos do campo na escola; b) identificar os fatores que impactam a permanência desses estudantes na trajetória educacional; e c) apurar em que condições o aluno está ao chegar à escola.

Desse modo, esse estudo justifica-se por compreendermos a relevância da discussão acerca do direito ao acesso e à permanência de estudantes do campo na escola, tendo em vista que, para muitos desses sujeitos, esse direito é negligenciado, pois, quando o acesso à escola não é garantido, menos ainda se terá garantia da permanência nela. E, se esses aspectos não são garantidos aos estudantes camponeses, tampouco haverá uma educação de qualidade para eles.

Considerando também a trajetória educacional da autora deste artigo, enquanto jovem que reside na zona rural, especificamente no Sítio Serraria, município de Belém-PB, e vivenciou a experiência de deslocamento campo/cidade durante o seu período de escolarização na Educação Básica, no qual deslocava-se diariamente para estudar em uma escola localizada na cidade de Pirpirituba-PB, por meio do ônibus escolar. Tendo em vista que, no sítio mencionado, há uma escola que atende apenas estudantes da Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, fazendo com que os/as alunos/as das demais etapas de ensino precisem estudar em instituições localizadas na zona urbana, enfrentando dificuldades de acesso que afetam a permanência na vida escolar.

Com isso, a autora destaca os desafios dessa experiência educacional como elemento influenciador para a escolha desse tema, gerando a inquietação de avaliar como esses aspectos impactam a trajetória educacional dos/as educandos/as que também vivenciam essa realidade de difícil acesso ao ensino. Possibilitando uma maior compreensão da temática e sua relevância, que precisa ser colocada em pauta, buscando a identificação de políticas públicas que atendam às necessidades educacionais dos/as alunos/as do campo.

Dessa forma, como aporte teórico, para uma maior explanação da temática em estudo, recorreremos à contribuição de alguns autores/as, tais como: Caldart *et al.* (2012), Munarim (2008), Tedesco *et al.* (2008), Rodrigues *et al.* (2017), Melo e Pereira (2020), Andrade, Silva e Santos (2022), Martins (2020) e entre outros autores. Além disso, buscamos analisar as legislações que apresentam contribuições sobre o tema em questão, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, entre outras legislações.

Ademais, a metodologia desta pesquisa apresenta uma abordagem descritiva, visando melhor descrever a realidade educacional vivenciada pelos estudantes pesquisados. Com uma natureza quantitativa, a fim de quantificar os dados obtidos, para posteriormente analisá-los. Para isso, realizamos uma pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário, a um número de 10 (dez) estudantes, com 15 (quinze) questões referentes ao deslocamento desses

discentes e seu acesso à escola, especialmente, com relação ao transporte escolar. Através do qual, coletamos as respostas e analisamos os resultados.

Por fim, destacadas as primeiras considerações, este trabalho está estruturado da seguinte forma: apresentação da metodologia da pesquisa, seguida do referencial teórico, subdividido em dois tópicos, sendo eles: 3.1 Educação do Campo: o acesso e a permanência de estudantes oriundos do campo na escola; 3.2 Fatores que impactam a permanência dos/as alunos/as do campo na trajetória educacional. Em continuidade, apresenta os resultados e discussões dos dados obtidos na pesquisa. E, por fim, a conclusão com as considerações finais do trabalho.

2 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a experiência dos/as alunos/as em relação ao transporte escolar rural, e buscando apurar em que condições esses/as discentes chegam à escola, adotamos uma pesquisa de abordagem descritiva, que segundo Gil (2008, p.28), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. Optamos por essa abordagem para melhor descrever a realidade dos/as estudantes investigados nesta pesquisa.

Ademais, a pesquisa apresenta uma natureza quantitativa, a fim de quantificar os dados obtidos, para posteriormente analisá-los. A “pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (Prodanov e Freitas, 2013, p.69).

Como procedimento para a coleta dos dados, realizamos uma pesquisa de campo, que ocorreu entre o dia 24 do mês de janeiro e o dia 6 do mês de fevereiro do ano de 2024. De acordo com Malheiros (2011, p.97) “O estudo de campo supõe um certo afastamento do pesquisador em relação ao objeto, na medida em que o que se almeja é levantar os dados no sentido de ser capaz de descrever o fenômeno, o fato real”.

Dessa forma, a autora adotou esse procedimento e foi a campo, deslocando-se até a casa de 4 (quatro) dos alunos participantes dessa pesquisa para coletar os dados. A pesquisa foi realizada com estudantes que residem em três sítios do município de Belém-PB, sítio Serraria, sítio Tanques e sítio Suspiro, situados a cerca 5 (cinco) quilômetros de distância da escola na qual os referidos alunos estudam, na cidade de Pirpirituba-PB.

Ademais, devido à necessidade de tornar o processo mais prático, optou-se por utilizar o aplicativo de conversas denominado de *WhatsApp* para coletar as respostas dos outros 6 (seis) participantes. Esta decisão foi especialmente relevante considerando que os estudantes residem em áreas rurais, onde as distâncias físicas para a pesquisadora seriam consideráveis. Portanto, para superar essa limitação logística, o *WhatsApp* ofereceu uma solução conveniente e acessível, permitindo a comunicação remota e a coleta de dados de forma assertiva, sem a necessidade de deslocamento físico para realizar as entrevistas ou distribuir questionários.

O instrumento escolhido para coletar os dados foi o questionário, que conforme Gil (2008, p.121) pode ser definido como uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc”.

Dessa forma, elaboramos um questionário, tomando como referência o questionário utilizado em uma pesquisa desenvolvida por Gularte (2023), adaptando-o à realidade do público pesquisado, com abordagem e dados distintos. Nesse sentido, elaboramos 15 (quinze) questões, sendo 5 (cinco) destinadas aos dados dos participantes, 9 (nove) questões de múltipla escolha e 1 (uma) questão aberta, ambas referentes ao deslocamento dos estudantes e

seu acesso à escola, especialmente, com relação ao transporte escolar. O questionário encontra-se adicionado ao apêndice A desta pesquisa.

Ademais, o questionário foi aplicado a um número de 10 (dez) alunos, nos sítios mencionados. O contato com os estudantes se deu de forma muito receptiva por parte deles. Com duração de aproximadamente 25 (vinte e cinco) minutos, com os 4 (quatro) alunos que responderam a pesquisa pessoalmente. E com os 6 (seis) estudantes que responderam através do aplicativo *WhatsApp*, o contato foi intermediado por meio de mensagens escritas. Desse modo, a conversa com os referidos proporcionou uma compreensão mais detalhada sobre suas vivências escolares e suas realidades de acesso à educação.

Os alunos que participaram da pesquisa estudam em uma escola localizada na cidade de Pirpirituba-PB, no turno da manhã e, no momento da pesquisa, estão cursando entre o 8ºano dos anos finais do Ensino Fundamental e o 3ºano do Ensino Médio. Ambos se deslocam para a cidade por meio do ônibus escolar, o qual realiza um trajeto que percorre os três sítios mencionados. Adiante apresentaremos a discussão dos resultados que foram obtidos nesta pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir, serão expostos os seguintes tópicos: Educação do Campo: o acesso e a permanência de estudantes oriundos do campo na escola, em seguida, fatores que impactam a permanência das/os alunos/as do campo na trajetória educacional.

3.1 Educação do Campo: o acesso e a permanência de estudantes oriundos do campo na escola.

A Educação do Campo tem sua origem na luta social travada pelos sujeitos do campo, em busca de direitos igualitários por uma educação de qualidade, direcionada especificamente a esse povo. Ou seja, uma educação que atenda às necessidades dos referidos, que seja deles e para eles. Que abrange crianças e adultos, trabalhadores e trabalhadoras, pessoas que almejam o reconhecimento e a valorização de sua identidade camponesa. Segundo Caldart *et al.* (2012)

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (Caldart *et al.*, 2012, p.259).

Neste contexto, a luta da Educação do Campo é, acima de tudo, um ato de resistência à opressão social que tanto afeta esses sujeitos. É uma luta por políticas públicas bem direcionadas, que atendam as demandas e interesses desses povos, quer seja por educação, quer seja por demais questões sociais presentes no campo. Munarim (2008) assim comenta

[...] o processo de construção desse ainda inconcluso conceito de “Educação do Campo”, que, na essência, quer valorizar os sujeitos educandos como sujeitos constituídos de identidades próprias e senhores de direitos, tanto de direito à diferença, quanto de direito à igualdade, sujeitos capazes de construir a própria história e, portanto, de definir a educação de que necessitam (Munarim, 2008, p.60).

Com isso, falar de Educação do Campo é, também, falar de acesso e permanência de alunos da zona rural na Educação Básica. Um povo marcado pelo precário acesso ao ensino,

pela ausência de uma educação de qualidade, que conseqüentemente acarreta no precoce abandono dos estudos. Embora a educação seja um direito de todas as pessoas, sabemos que, muitas vezes, aos povos do campo esse direito não é assegurado, ou até mesmo, é negado.

Por esse prisma, Caldart *et al.* (2012) salientam,

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja no e do campo (Caldart *et al.*, 2012, p.261).

Nesta perspectiva, compreende-se que, perante as inúmeras dificuldades que à população residente em áreas rurais enfrentam para ter acesso à educação, a Educação do Campo se levanta como uma defensora dos direitos desses povos, em busca de melhorias no ensino e meios que garantam e assegurem a permanência desses sujeitos na escola. Para Viero e Medeiros (2018)

A identidade da educação do campo se constrói a partir da identidade e da diversidade cultural de seus sujeitos. Diz respeito à sua realidade, os seus saberes, a memória social, a vontade coletiva ligada a técnica (futuro); aos movimentos sociais e o significado de suas lutas coletivas. Os sujeitos do campo têm direito a uma escola política (crítica e não neutra), com sua pedagogia construída pela ação da história, pela cultura, pelo lugar, pelos seus sujeitos (Viero; Medeiros, 2018, p.78).

Ademais, ao falarmos de alunos/as oriundos do campo, sabemos que há diversos dilemas enfrentados pelos referidos, para se ter acesso pleno à educação escolar, a exemplo da distância entre suas residências e as escolas, que por vezes, ficam localizadas na zona urbana. Sendo assim, há a necessidade do deslocamento para a cidade por meio de ônibus fornecidos pelos estados ou municípios.

Como já mencionado anteriormente, o direito ao transporte escolar, como garantia de acesso a educação para os/as alunos/as da rede pública de ensino, está assegurado na Constituição Federal de 1988:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

...

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

Assim como também, esse direito é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), estabelecendo que,

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

...

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei no 10.709, de 31/7/2003).

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:

...

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (incluído pela Lei no 10.709, de 31/7/2003).

Para a efetivação desse direito, surge a Política pública de transporte escolar, executada por meio de programas suplementares, como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, “com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em

área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios” (Brasil, 2004).

Assim como, também, o Programa Caminho da Escola, criado pela Resolução nº 3 de 28 de março de 2007. De acordo com o Art. 2º do Decreto nº 11.162, de 4 de agosto de 2022, fica estabelecido que:

Art. 2º São objetivos do Programa Caminho da Escola:

I - renovar a frota de veículos escolares das redes municipal, estadual e distrital de educação básica pública;

II - garantir a qualidade e a segurança do transporte escolar, por meio da padronização e da inspeção dos veículos adquiridos no âmbito do Programa Caminho da Escola;

III - garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas da educação básica;

IV - reduzir a evasão escolar, observadas as metas do Plano Nacional de Educação; e
V - reduzir o preço de aquisição dos veículos destinados ao transporte escolar (Brasil, 2022).

Ambos os programas têm a finalidade de garantir a permanência dos/as estudantes na escola, prioritariamente os que residem em áreas rurais, através da oferta do transporte escolar. Contudo, vale ressaltar que, em muitos casos, o trajeto percorrido por esses veículos não favorece os estudantes que moram em áreas mais remotas e, dessa forma, para chegar ao ponto mais próximo precisam percorrer um longo trajeto a pé. Tal situação, em grande parte, gera cansaço e, conseqüentemente, afeta o estímulo dos discentes pelos estudos.

Além disso, há dias nos quais os ônibus acabam não fazendo o seu percurso por motivos inesperados, como a quebra do veículo, também por estradas ruins em dias de chuva e demais imprevistos. Casos como esses, afetam o acesso diário dos/as educandos/as a escola, impedindo sua presença e geram uma lacuna na aprendizagem. Tedesco *et al.* (2008) afirmam que,

O transporte escolar rural, programa complementar para a educação, tem um papel fundamental para garantir o acesso e a permanência de alunos nas escolas. O simples fornecimento do transporte, no entanto, não é suficiente para garantir a educação, sendo, portanto, necessário que o transporte escolar seja fornecido de forma condizente com as necessidades dos estudantes moradores das áreas rurais (Tedesco *et al.*, 2008, p.10-11).

Nesse contexto, sabemos que as dificuldades mencionadas tendem a afetar a permanência desses/as alunos/as na escola. Desse modo, compreende-se a necessidade de garantir aos educandos plenas condições de acesso à escola, para assim, assegurar uma educação de qualidade. Caldart *et al.* (2012), levando em consideração que a educação é um direito humano, afirmam que

Conceber a educação como direito humano significa incluí-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena. Assim, dizer que algo é um direito humano é dizer que ele deve ser garantido a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição pessoal (Caldart *et al.*, 2012, p.217).

Dessa forma, diante dos embates enfrentados pelos sujeitos do campo, a Educação do Campo cresce e ganha força na luta social. Perante os inúmeros impasses, no que diz respeito a garantia de direitos educacionais destinados a esses povos, a luta perdura e é uma constante, que busca eliminar as desigualdades. Portanto, é nesse contexto que identificamos a Educação do Campo em suas lutas por igualdades de direitos a uma educação de qualidade para os povos do campo, que para ser concretizada, faz-se necessário que as políticas públicas garantam a esses povos, o acesso pleno e seguro à escola, para assim, permanecerem nela.

3.2 Fatores que impactam a permanência dos/as alunos/as do campo na trajetória educacional

Os/as alunos/as do campo vivenciam uma trajetória educacional cercada de fatores que impactam a sua permanência na escola. A exemplo da ausência de escolas localizadas no campo ou o fechamento dessas escolas, que vem crescendo consideravelmente, aumentando a nucleação escolar³. Tais fatores direcionam os/as estudantes a se deslocarem para instituições distantes da sua comunidade através do transporte escolar que, por vezes, apresenta uma estrutura precária. Assim como também, enfrentam estradas com difíceis condições de locomoção, fatores esses que não garantem aos/as educandos/os um acesso seguro à escola. Além disso, o deslocamento exaustivo gera cansaço e desestimula a permanência na vida escolar.

Em contrapartida a essa realidade, a política de nucleação escolar vem sendo adotada por diversos municípios, em sua maioria, com a justificativa de ofertar um ensino de melhor qualidade, uma vez que, com a migração rural, o número de alunos matriculados em escolas no campo diminuiu consideravelmente e, dessa forma expandiu-se a necessidade de salas multisseriadas, fragmentado assim o ensino ofertado. E, por essa razão, os municípios optam por fechar essas escolas e transferir os/as alunos/as para uma outra instituição, geralmente, localizada na zona urbana. Contudo, de acordo com Rodrigues *et al.* (2017, p.722) “O fechamento das escolas não contribui para a melhoria da qualidade do ensino. Pelo contrário, possibilita o distanciamento destas crianças e jovens dos seus locais de origem e uma construção identitária fragmentada, sem noções de pertencimento”.

Outro fator a ser destacado sobre as causas que direcionam ao fechamento das escolas do campo, é a precarização da infraestrutura dessas instituições que, em grande parte, apresentam falta de recursos básicos e necessitam de inúmeras melhorias para um funcionamento de qualidade. Andrade e Rodrigues (2020) alertam que,

O poder público vem utilizando diferentes estratégias de estrangulamento, delineadas a partir da precarização. Isto é, inicialmente, a qualidade da infraestrutura das escolas é comprometida, com ausência de espaços educativos e, posteriormente, com a falta de manutenção e transporte escolar. Todos esses fatores são criados com a intenção de justificar processos de nucleação e fechamento das escolas (Andrade, Rodrigues, 2020, p.13).

Ademais, muitas vezes, o fechamento dessas escolas, está relacionado também a demanda do alto investimento financeiro para a manutenção das escolas. Diante desse fator econômico e da baixa quantidade de estudantes matriculados, os representantes públicos decidem deslocá-los para uma única instituição. No entanto, Melo e Pereira (2020, p.110) ressaltam que, “sem considerar critérios humanos para decidir pelo fechamento de escolas, guiando-se apenas por questões econômicas, os gestores públicos afastam os jovens da educação escolar”.

O fechamento das escolas do campo não afeta apenas o acesso e a permanência dos/as alunos/as na escola. Mas, também, apresenta-se como um fator que vem impactando a permanência desses sujeitos no próprio campo e contribuído para a migração rural. Dessa forma, Maia, Cordeiro e Carvalho (2020) apontam que, o fechamento dessas instituições configura-se como um benefício ao agronegócio, tendo em vista que,

³ Uma nova forma de oferta da educação para estudantes do campo. Segundo Santana (2020, p 55), nucleação escolar “trata-se de uma política educacional que consiste no fechamento de escolas rurais com a transferência de seus alunos para essas novas escolas-polo, quase sempre localizadas em áreas urbanas”.

A ausência da escola na comunidade vem revelando-se de grande valia para o latifúndio diante de seu enfrentamento com o campesinato, principalmente tendo o Estado como aliado. Logo, se a falta da escola representa para o camponês a impossibilidade do campo como espaço de subsistência, uma vez que o direito básico a educação não é assegurado, e conseqüentemente induz sua busca por outro lugar que viabilize seu acesso à educação, assim, o fechamento de escolas serve diretamente aos interesses do Agronegócio (Maia; Cordeiro; Carvalho, 2020).

Nesse contexto, o fechamento das escolas localizadas no campo reforça a dicotomia entre urbano e rural. No qual, o meio urbano é idealizado como local de avanços e maiores oportunidades, enquanto o meio rural é visto como local de atraso e poucos avanços. Entretanto, Andrade, Silva e Santos, (2022, p.111) destacam que, “isso não é verdade, pois cada espaço é permeado de valores e subjetividades e que nenhum é inferior ao outro, sobretudo, por não possuírem as mesmas possibilidades de acesso, o que os torna apenas diferente um do outro”.

Contudo, ainda conforme os autores, “durante muito tempo, essa visão urbanocêntrica contribuiu para que muitas famílias exilassem de suas terras em busca de, nas grandes cidades, proporcionar uma vida melhor para seus filhos” (Andrade, Silva e Santos, 2022, p.111). Desse modo, tal visão ainda continua contribuindo para que muitas famílias abandonem a vida no campo e migrem para a cidade.

Esse fato acaba por favorecer o enfraquecimento da agricultura familiar. E, por conseguinte, fortalece o crescimento do agronegócio. “Na contemporaneidade, para os capitalistas o campo é entendido como uma indústria do agronegócio, assim o esvaziamento do campo faz parte das estratégias de manutenção dessa lógica” (Santos; Garcia, 2020, p.270).

Para aqueles que permanecem morando no campo, diante dessas estratégias de fechamento de escolas, os/as estudantes perdem o acesso à uma escola presente na sua localidade, e passam a ter que frequentar uma instituição distante da sua comunidade e, também, distante da sua realidade enquanto sujeito do campo.

De acordo com o Art. 28 da LDB (1996):

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância; (Redação dada pela Lei nº 14.767, de 2023).
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

No entanto, em grande parte, as escolas urbanas que recebem esses/as educandos/as do campo, não atendem o que está proposto na lei e, dessa forma, não garantem as adequações necessárias às especificidades da vida no campo, gerando assim, um distanciamento do/a aluno/a com sua realidade camponesa. Rodrigues *et al.* (2017, p.710) afirmam que, “desvincular as crianças e os jovens da comunidade e da escola pode provocar o desenraizamento da cultura local e de pertença ao grupo. A escola não pode negar a cultura local e a pertença a um grupo social com suas particularidades”.

Desse modo, a política de nucleação escolar é algo que tende a afetar diretamente a identidade cultural dos sujeitos camponeses, desconstruindo os conhecimentos tradicionais transmitidos. Uma vez que, distancia o/a aluno/a do seu local de origem, provocando a perda da noção de pertencimento a aquele povo. Além disso, Martins (2020) destaca que,

Ligado ao fato da centralidade que a escola assume em espaços camponeses, o significado da escola para tal realidade se vincula à perspectiva de futuro, à

socialização, ao aconchego. É um espaço escolar que, apesar da dureza das circunstâncias, do descaso estatal e de todos os preconceitos, a esperança é uma constante (Martins, 2020, p.31).

Dessa forma, diante do fechamento de escolas localizadas na sua comunidade e quando precisam se deslocar para estudar na cidade, muitos discentes não se identificam com essa nova realidade e decidem abandonar a vida escolar. A mudança para uma nova instituição que, por vezes, exige um deslocamento exaustivo, percorrendo uma longa distância, seja a pé ou por meio do transporte escolar, contribui para a desmotivação e a ausência de estímulo pelos estudos desses/as alunos/as.

Para refrear essas ações, os Art. 3 e 5 da Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, estabelecem que,

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

§ 1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.

...

Art. 5º Para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional Técnica, a nucleação rural poderá constituir-se em melhor solução, mas deverá considerar o processo de diálogo com as comunidades atendidas, respeitados seus valores e sua cultura (Brasil, 2008).

Nesse contexto, a Resolução busca assegurar que os/as estudantes do campo permaneçam estudando em escolas localizadas na sua comunidade, evitando-se a nucleação escolar. Contudo, destaca também, que perante a necessidade de nucleação, possa ser analisada a realidade local, buscando evitar o deslocamento irregular dos/as discentes e garantir que sejam consideradas as especificidades culturais do campo.

Além disso, ainda com o intuito de mitigar o fechamento desenfreado dessas escolas, o Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), passou a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

O parágrafo em questão, assegura que as escolas das comunidades do campo não podem ser fechadas sem justificativa plausível ou sem levar em consideração os impactos dessa ação na mesma comunidade. Sendo assim, é necessária uma análise criteriosa antes do fechamento de qualquer uma dessas escolas.

Dessa forma, sabemos que é preciso um maior monitoramento, para o cumprimento pleno desta lei. Evitando assim, o fechamento irregular dessas instituições, buscando garantir aos alunos/as do campo o acesso pleno às unidades de ensino, que assegure a sua permanência na escola e a preservação da sua identidade camponesa. Correia *et al.* (2011) definem que,

A identidade camponesa presente nas nuances da vida no campo, nas relações sociais e produtivas, nos costumes e nas tradições dos sujeitos do campo configura-se como a particularidade, o vínculo com os sujeitos sociais concretos do campo, que se movimentam em determinadas condições de existência. Por isso, a afirmação da identidade dos povos do campo está intrinsecamente articulada a

interesses sociais, políticos, culturais e econômicos e, a educação, enquanto lócus de referência para processos pedagógicos precisa estar associada ao cultivo das identidades (Correia *et al.*, 2011, p.7).

Ademais, ainda um outro elemento a ser destacado, é a necessidade de investimentos em recursos educacionais adequados destinados aos estudantes que residem no campo. Mendes *et al.* (2023) alertam que

A carência de recursos financeiros e as restrições para adquirir materiais educacionais que atendem às demandas do contexto rural comprometem o padrão da educação. Muitas vezes é difícil para os alunos rurais aprenderem e entenderem as matérias porque os recursos educacionais disponíveis não estão conectados à sua experiência de vida no campo (Mendes *et al.*, 2023, p.471).

Com isso, nota-se que são muitos os fatores a serem considerados para a garantia da oferta de um ensino de qualidade para os/as educandos/as do campo. Para isso, o constante monitoramento das políticas públicas é um elemento indispensável para avaliar se estão sendo executadas e reforçar a sua efetivação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, apresentaremos os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados, seguidos por uma discussão sobre suas implicações e significados. Os resultados serão associados em relação aos objetivos da pesquisa. Assim, serão investigadas possíveis interpretações dos resultados à luz da literatura da Educação do Campo, recorrendo aos autores: Andrade, Silva e Santos (2022), Mendes *et al.* (2023), Couto, Sardinha e Lemos (2018), Amaro, Rodrigues e Saturnino (2021), fornecendo uma visão do tema em estudo. Essa seção é fundamental para compreendermos as descobertas alcançadas e sua importância no contexto mais amplo da área de pesquisa.

Apresentaremos, no quadro a seguir, a caracterização dos 10 (dez) estudantes que participaram da pesquisa.

Quadro 1 - Caracterização dos participantes

Sexo	Quantidade
Masculino	9
Feminino	1
Idade	Quantidade
12 anos	1
13 anos	1
14 anos	2
15 anos	2
17 anos	3
18 anos	1
Série	Quantidade
8º ano	2
9º ano	1
1º ano	3
2º ano	2
3º ano	2

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No Quadro 1 podemos observar que, 9 (nove) dos estudantes que participaram dessa pesquisa são do sexo masculino, e apenas 1 (um) do sexo feminino. Estão em uma faixa etária entre 12 e 18 anos, cursando séries entre o 8º ano dos anos finais do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio.

Ambos se deslocam para a escola localizada na cidade por meio do ônibus escolar. No Quadro 2 apresentamos o ponto de acesso ao veículo e como é realizado o trajeto até esse ponto de embarque.

Quadro 2 - Formas de acesso ao ônibus escolar

Ponto de acesso ao ônibus	Quantidade
Na porta de casa	1
Na estrada	9
Trajetos até o ponto de embarque	Quantidade
A pé	8
De moto	2

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Conforme pode-se verificar no Quadro 2, apenas 1 (um) dos participantes alegou esperar o ônibus na porta de casa, enquanto os outros 9 (nove) têm que se deslocar para esperar o transporte escolar na estrada. Sobre o trajeto até o ponto de embarque, apenas 2 (dois) estudantes afirmaram que é realizado de moto. Por outro lado, os demais estudantes assinalaram realizar esse trajeto a pé. Ademais, questionamos se o deslocamento entre a casa dos educandos e o ponto de embarque apresenta alguma dificuldade, e as respostas serão expostas no quadro abaixo.

Quadro 3 - Dificuldades enfrentadas no deslocamento

Dificuldades no deslocamento	Quantidade
Poeira	3
Ladeira	5
Lama	2
Buraco	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

De acordo com o exposto no Quadro 3, entre as respostas dos participantes, podemos observar que foram apresentadas quatro dificuldades que esses estudantes enfrentam no seu deslocamento para chegar ao ponto de acesso ao ônibus. Com destaque para ladeira, dificuldade que foi enfatizada por 5 (cinco) dos investigados, e também poeira, apontada por 3 (três) alunos. Além disso, os participantes destacaram também, lama e buraco como fatores que dificultam a sua locomoção.

Com isso, nota-se que, embora os estados ou municípios forneçam o transporte escolar para assegurar o acesso dos educandos do campo à escola e garantir a sua permanência nela, a realidade vivenciada por cada um desses estudantes, em sua maioria, apresenta muitos outros impasses. Como os desafios presentes no trajeto de deslocamento até ponto de embarque no veículo escolar, que fragmentam as oportunidades de acesso às instituições de ensino e, por conseguinte, não garantem os meios necessários para a permanência desses discentes na escola. Nesse sentido, Andrade, Silva e Santos (2022, p.114) alertam que “levar as populações do campo para estudar na cidade é um perigo que deve ser evitado, por colocar em risco o processo de escolarização dos alunos oriundos do campo”.

Em continuidade, perguntamos aos participantes: “você chega atrasado à Escola por causa do transporte escolar?”, 4 (quatro) estudantes responderam que sim. Os motivos do atraso, destacado pelos referidos, serão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 4 - Causas do atraso

Motivo do atraso	Quantidade
Não passa no horário combinado	1
Não tem horário combinado	2
Quebra no meio do caminho	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Como é notório no Quadro 4, os alunos associaram o atraso para chegar na escola a questões como, a quebra do veículo escolar no meio do caminho, assim como também, o fato de o ônibus não passar no horário combinado. Outros destacaram nem sequer ter um horário combinado. Essa é uma situação que reflete a realidade de muitos estudantes que residem no campo, que frequentemente precisam lidar com esses impasses relacionados aos imprevistos associados ao transporte escolar que, por vezes, não apresenta uma estrutura adequada para atender as necessidades dos educandos.

Adiante, perguntamos se o ônibus escolar costuma faltar, 4 (quatro) dos participantes afirmaram que sim. E, ao serem indagados sobre como classificam as suas condições de acesso à escola, 9 (nove) dos estudantes classificaram como regular, enquanto apenas 1 (um) aluno respondeu considerar as condições ótimas. Diante disso, é perceptível o quanto ainda é necessário melhorias na oferta educacional destinada a esses estudantes, uma vez que, para a garantia de uma educação de qualidade, faz-se preciso que os meios de acesso a ela também sejam de qualidade. Mendes *et al.* (2023, p.473) salientam que, “para proporcionar uma educação de qualidade aos alunos que residem em áreas rurais, é necessário promover investimentos tanto em infraestrutura como também em recursos educacionais”.

Ademais, questionamos ainda, “quando você chega à escola, como você se sente?”, ressaltando que poderiam marcar mais de uma opção entre as alternativas expostas. As respostas serão apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 5 - Como os alunos se sentem ao chegar na escola

Chegada na escola	Quantidade
Cansado	2
Indisposto	3
Com sono	3
Não sinto nada. Estou bem	4

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Conforme apresentado no Quadro 5, nota-se que, perante todos os fatores já mencionados sobre o deslocamento para cidade e as dificuldades enfrentadas no trajeto percorrido, esses estudantes chegam na escola cansados, como foi assinalado por 2 (dois) participantes, e indispostos, como afirmaram 3 (três) estudantes. Além disso, 3 (três) alunos destacaram, também, que chegam na escola com sono, tendo em vista que estudam no turno da manhã e precisam acordar muito cedo para não perderem o horário do ônibus.

Nesse sentido, Couto, Sardinha e Lemos (2018, p.44) destacam que, “a boa qualidade de sono é essencial para modular inúmeras funções cognitivas, bem como a consolidação da memória e a aprendizagem, as quais são importantes no desenvolvimento cognitivo do

adolescente no que diz respeito ao desempenho escolar”. Dessa forma, ressalta-se a importância do descanso para o bom desempenho do discente em sala de aula, aspecto esse, que muitas vezes, falta aos educandos do campo, que ao acordarem cedo e percorrerem um longo trajeto até chegar à escola, chegam na sala de aula com sono, cansados e indispostos.

Por fim, fizemos a seguinte pergunta: “ter que deslocar-se diariamente para estudar na cidade, afeta o seu interesse em permanecer na escola? Comente”. O Quadro 6 apresentará as respostas obtidas.

Quadro 6 - Fatores que impactam o interesse dos estudantes pelos estudos

Participante	Resposta
Estudante 1	Sim, porque não gosto de acordar cedo
Estudante 2	Sim. Porque é muito cansativo.
Estudante 3	Não, pois os meus interesse em aprender supera qualquer obstáculo.
Estudante 4	Não muito, mas devido à distância é muito cansativo
Estudante 5	Sim. Acordo muito cedo para dar tempo pegar o ônibus e chego muito tarde pois fico esperando o mesmo que as vezes demora muito e isso mim deixa muito cansado exalto.
Estudante 6	Não, porque eu gosto de ir pra escola.
Estudante 7	Não, nem uma dificuldade atrapalha meu interesse de estudar
Estudante 8	Não
Estudante 9	As vezes sim
Estudante 10	Não, porque é perto

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Perante o exposto no Quadro 6, podemos observar que 5 (cinco) dos participantes afirmaram ter seu interesse em permanecer na escola afetado pela necessidade de deslocamento diário para a cidade. Ao analisar as respostas, nota-se que os alunos continuam a destacar os obstáculos já mencionados no decorrer da pesquisa, como o desafio de acordar cedo e o cansaço gerado pela distância percorrida. Na resposta do estudante 5, ele comenta que fica exausto por precisar esperar o ônibus que demora muito. Nesse contexto, Amaro, Rodrigues e Saturnino (2021) comentam que,

a política de transporte escolar se tensiona com a política de Educação do Campo, tendo em vista que os alunos que saem do campo para estudarem na cidade, além de vivenciarem uma cultura diferente da sua, os transtornos da rotina de acordar cedo, muitas vezes enfrentando horas de viagens, estradas com situações precárias e ficarem expostos esperando os demais colegas até a hora de retornarem para casa, não contam com um currículo que contemple as especificidades do campo (Amaro, Rodrigues e Saturnino, 2021, p.381).

Dessa forma, é notório que ainda são muitas as lacunas presentes na trajetória educacional dos sujeitos do campo. São muitos os desafios a serem enfrentados para que esses estudantes tenham seu direito à uma educação de qualidade efetivado, a começar por meios dignos de acesso à escola, que assegurem a sua permanência nela. Faz-se preciso a efetivação de políticas públicas que atendam às necessidades educacionais desses estudantes, levando em consideração a sua realidade e suas especificidades, enquanto alunos/as do campo.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou responder a seguinte questão: como ocorre o acesso e a permanência de estudantes do campo nas instituições de ensino? Especialmente os que residem nos sítios: Serraria, Tanques e Suspiro, zona rural do município de Belém-PB. Visando analisar os fatores que impactam a trajetória educacional desses estudantes.

Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa conduziu a respostas pertinentes, através de um maior contato com a realidade educacional dos/as alunos/as mencionados, na qual foi possível constatar que são muitas as lacunas presentes na vida escolar dos referidos. Como um dos principais desafios apresentados, podemos destacar o contexto de acesso à escola, marcado pelo deslocamento diário para estudar na cidade, gerando cansaço nos/as educandos/as que precisam acordar muito cedo para chegar no horário e não perder o ônibus escolar, que por vezes carece de boas estruturas, assim como também, costuma faltar ou atrasar.

Além disso, ressalta-se também as dificuldades que os discentes precisam enfrentar até chegar no ponto de embarque no veículo escolar. Muitos fazem o trajeto a pé, e se deparam com obstáculos como ladeira e lama no período das chuvas, e entre outras problemáticas que foram apresentadas pelos estudantes. Com isso, podemos perceber que apenas o fornecimento do transporte escolar não é suficiente para assegurar o acesso e a permanência dos alunos que residem no campo na escola. Existem muitos outros fatores que precisam ser considerados, a fim de identificar todos os desafios que impactam a trajetória educacional desses sujeitos, para assim construir meios que garantam a sua permanência na vida escolar.

Ademais, o aporte teórico deste estudo salienta que, a ausência de uma escola localizada nas comunidades rurais, na qual os estudantes residem, pode configurar-se como uma ameaça à identidade camponesa desses sujeitos. Uma vez que, a nucleação para instituições urbanas os desvincula do seu local de origem e, conseqüentemente, da sua cultura, tendo em vista que, as escolas localizadas no meio urbano não apresentaram um currículo com adaptações necessárias ao atendimento às peculiaridades dos povos do campo.

Dessa forma, conclui-se que é necessário avaliar todos os aspectos que perpassam a trajetória educacional dos estudantes provenientes do campo, objetivando a oferta de uma educação de qualidade para os referidos, compreendendo os principais fatores que influenciam o seu acesso e a sua permanência na escola. Nesse sentido, a pesquisa abre espaço para um posterior aprofundamento em futuras investigações, visando identificar de forma mais abrangente as necessidades educacionais dos estudantes do campo, para o desenvolvimento de estratégias e políticas que promovam a equidade educacional para esses sujeitos e assegurem o seu direito à educação.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Larissa; RODRIGUES, Ana Cláudia; SATURNINO, Marcelo. Transporte escolar e Educação do Campo: o que revelam as investigações entre 2009-2019 na BDTD?. **Communitas**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 369–384, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/5606>. Acesso em: 8 mar. 2024.
- ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de; RODRIGUES, Marcela Pereira Mendes. Escolas do campo e infraestrutura: aspectos legais, precarização e fechamento. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 36, e234776, 2020. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982020000100292&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 de ago. de 2023.
- ANDRADE, Marina Natalina Benício de; SILVA, Cicero Nilton Moreira da; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Educação do Campo e (des)continuidade escolar: a escolarização dos alunos oriundos do campo. **Cadernos CIMEAC** - v.12, n.2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18554/cimeac.v12i2.6181>. Acesso em 17 ago. de 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 out. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 11.162, de 4 de agosto de 2022**. Dispõe sobre o Programa Caminho da Escola. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11162.htm. Acesso em: 15 mar. 2024.
- BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.880.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.
- BRASIL. **Resolução Nº2, de 28 de abril de 2008 . Ministério da Educação, 2008**. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.
- CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CORREIA, Deyse Morgana Neves; BATISTA, Maria do Socorro Xavier; BRITO, Rosa Maria de Jesus Brito. Educação do Campo: resistência e afirmação da identidade camponesa. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE: EDUCAÇÃO, CULTURAS E DIVERSIDADES, 20, 2011, Manaus. **Anais**. 20º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: Educação, Culturas e Diversidades. Manaus: Valer, 2011.

COUTO, Caroline do; SARDINHA, Luís Sérgio; LEMOS, Valdir de Aquino. **RELAÇÕES ENTRE SONO E APRENDIZAGEM EM ADOLESCENTES. Diálogos Interdisciplinares**, v. 7, n. 4, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GULARTE, Ingrid da Silva. **Educação do campo: uma análise do transporte escolar rural na percepção dos alunos**. 19 p. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) - Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Santana do Livramento, 2023.

MAIA, Karla Vanessa Alves; CORDEIRO, Lúcia Edriana de Sousa; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha. O fechamento de escolas rurais: a verdadeira essência do movimento de nucleação. VI CONEDU - Vol 1. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p.2571-2586. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65498>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MALHEIROS, Bruno Taranto. Procedimentos Técnicos de pesquisa. In: **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARTINS, Fernando José. **A escola e a Educação do Campo**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

MELO, Keylla Rejane Almeida; PEREIRA, Letícia Alves. Acesso e permanência no ensino médio: desafios da juventude camponesa. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 99–121, 2020. DOI: 10.14393/REP-2020-53089. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/53089>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MENDES, Fabiana; ARAUJO, Sabrina Karen Oliveira Souza; FERREIRA, Luiques Tunes Ferreira; SANTOS, Isabel Cristina Santana Santos. Educação no campo: Desafios e Perspectivas. **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, [S. l.], v. 7, p. 468–484, 2023. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/170>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MUNARIM, Antonio. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. **Educação**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 57–72, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/19>. Acesso em: 22 jul. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; MARQUES, Dayana Ferreira; RODRIGUES, Adriège Matias e DIAS, Gilvania Lima. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Educ. Real.** [online]. 2017, vol.42, n.2, pp.707-728. ISSN 2175-6236. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623657687>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SANTANA, Daiana Santos. **Nucleação escolar**: melhorias no processo de educação básica no município de Gandu-BA. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas) - UNIFACS, Salvador, 2020.

SANTOS, Vanessa Costa dos; GARCIA, Fátima Moraes. O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais. **Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**, Dossiê n.4, Vol. 1, out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/31790>. Acesso em: 10 ago. 2023.

TEDESCO, Giovana Megume Ishida; GASPARINE, Rozangela; MENEZES, Patrícia Bassalo. **Conhecendo o transporte escolar rural no Brasil**. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, 22, 2008, Fortaleza, CE. 2008.

VIERO, Janisse; MEDEIROS, Liziany Muller. **Princípios e concepções da educação do campo** [recurso eletrônico]. – 1. ed. –Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1. Sexo: () Masculino () Feminino () Outro

2. Idade: _____

3. Escola: _____

4. Série que está cursando: _____

5. Sítio em que reside: _____

6. O acesso ao ônibus escolar é feito:

() Na porta de Casa

() Na estrada

() Outro ponto de embarque. Qual?

7. Como é realizado o trajeto até o ponto de embarque do transporte escolar?

() a pé

() bicicleta

() moto

() outro. Qual?

8. O deslocamento entre sua casa e o ponto de embarque apresenta alguma dificuldade?

() sim

() não

9. Caso a resposta anterior seja "sim". Qual? (pode marcar mais de uma alternativa)

() poeira

() ladeira

() lama

() buraco

() riacho

() outro. Qual?

10. Você chega atrasado à Escola por causa do transporte escolar?

() sim

() não

11. Caso a resposta anterior seja "sim". Por que? (pode marcar mais de uma alternativa)

() não passa no horário combinado

() não tem horário combinado

() quebra no meio do caminho

() outro motivo. Qual?

12. O veículo escolar costuma faltar?

() sim

() não

13. Quando você chega à escola, como você se sente? (pode marcar mais de uma alternativa).

() cansado

- enjoado
- com dor de cabeça
- desatento
- indisposto
- com sono
- não sinto nada. Estou bem.

14. Como você classifica as suas condições de acesso à escola?

- ótimas
- regular
- péssimas

15. Ter que deslocar-se diariamente para estudar na cidade, afeta o seu interesse em permanecer na escola? Comente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Kamila Karine, que esteve presente em todos os momentos, me direcionando ao desenvolvimento pleno desse trabalho. Obrigada por toda sua dedicação, por todos os ensinamentos, incentivo e compreensão. E agradeço às professoras, Thayana e Verônica, que aceitaram compor a banca examinadora.

Agradeço imensamente a minha família. Minha mãe, meu pai, minha irmã Marcela e meus irmãos Gustavo e Gabriel. Minha gratidão a todos vocês por, apesar de todas as dificuldades (que só nós sabemos quais são), me apoiarem na decisão de ingressar no Ensino Superior e providenciar os meios necessários para que eu permanecesse nele, e hoje poder concluir esta etapa na minha vida.

Agradeço ao meu namorado, Lucas, que esteve ao meu lado em todos os momentos, especialmente nas horas de estresse e ansiedade, ouvindo meus desabaços de cansaço. Obrigada por todo seu apoio e companheirismo, pela paciência e compreensão de sempre.

Agradeço a minha amiga, Beatriz Oliveira, que se alegrou junto comigo pela minha conquista e me ajudou no período de matrícula. Assim como também, o seu esposo, Renato. A minha amiga, Graciele, pela amizade de sempre, e por também ter me ajudado no período de matrícula. Ao meu amigo, Júlio, por estar sempre presente e acompanhar minha trajetória até aqui. A minha amiga, Mikaellen, que mesmo distante, sei que torce muito por mim. Ao casal de amigos, Beatriz Araujo e Marcelo, pelas conversas que sempre me transmitem alegria e energias positivas. Gratidão pela amizade de cada um/a!

Agradeço ao meu amigo Samuel e toda sua família. Ao seu pai Beto, sua mãe Jaidete e seu irmão Daniel, por terem me acolhido e ajudado, disponibilizando carona. Vocês foram fundamentais para que eu conseguisse me deslocar até o campus e para a minha permanência na universidade. A vocês, a minha eterna gratidão! Estendo esse agradecimento a amiga Tarcylla, companheira na espera diária pelo ônibus.

Agradeço às minhas colegas de turma, Cristina, Flávia, Samara, Juliana, Vanessa, Mayara, Alana, Brenda, Amanda, Isabelle, Liliane e ao colega Calvin, por terem feito parte dessa trajetória, partilhando as alegrias e sofrimentos, os desafios e conquistas. Gratidão por todos os momentos que vivenciamos juntas ao longo dessa jornada.

Por fim, agradeço aos/as professores/as do Curso de Pedagogia, excelentes profissionais que contribuíram para a minha formação. Agradeço ainda, aos estudantes que responderam ao questionário, contribuindo para uma maior abordagem do tema.

Minha gratidão a todos que fizeram parte dessa trajetória e estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada na UEPB. A todos, o meu muito obrigada!